

LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 3538-05.67/15.9 concede a presente LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 202407 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES

CPF / CNPJ / Doc Estr: 08.838.143/0001-89

ENDEREÇO: AVENIDA BORGES DE MEDEIROS, 1501
PRAIA DE BELAS
90110-150 PORTO ALEGRE - RS

EMPREENDIMENTO: 182388

LOCALIZAÇÃO: KM 13 RS 049
SANTO ANGELO - RS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude: -28,28209326 Longitude: -54,16385957

A PROMOVER A INSTALAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: AEROPORTO DE SANTO ANGELO

RAMO DE ATIVIDADE: 4.730,30

MEDIDA DE PORTE: 77,30 área total em hectares (ha)

MEDIDA DE PORTE A SER AMPLIADA: 6,67 área total em hectares (ha)

II - Condições e Restrições:

1. Quanto ao Empreendimento:

- 1.1- Trata-se da ampliação do Aeroporto Sepé Tiarajú de Santo Ângelo, sob responsabilidade do Departamento Aeroportuário do Rio Grande do Sul (DAP);
- 1.2- A cópia desta licença deve permanecer no local da obra;
- 1.3- está licenciado a construção de:
 - 1.3.1- Terminal de Passageiros (TPS) com área de 1.210,00m²;
 - 1.3.2- Seção Contra Incêndios (SCI) com área de 4.148,00 m²;
 - 1.3.3- Central de Utilidades (CUT) com área de 135,00m²;
 - 1.3.4- Estacionamento com área de 79,00m²;
 - 1.3.5- Separador de água e óleo com área de 1,00m²;
- 1.4- deverá ser informado, a esta Fundação, a data de início das obras, juntamente com a apresentação do cronograma de obras e da relação da equipe de Supervisão Ambiental de acompanhamento da implantação do empreendimento, com a ART de todos os profissionais que a compõem;
- 1.5- deverá ser encaminhado, no prazo de 90 (noventa) dias após o término das obras, relatórios de conclusão e fotográfico da instalação licenciada, juntamente com a solicitação para atualização da Licença de Operação do aeroporto;

2. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

- 2.1- é vetada a introdução de espécies da fauna exótica ou alóctone na área (Lei Federal 9.605/1998, regulamentada pelo Decreto Federal 3.179/1999);

- 2.2- é vetado o uso de espécies vegetais exóticas invasoras em projetos e planos de recuperação, revegetação e restauração de áreas degradadas e de recomposição de Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais, assim como, seu uso paisagístico ou para estabilização de taludes ao longo do empreendimento de qualquer tipo (Portaria SEMA-RS 79/2013, anexo 1 lista A);
- 2.3- é vetado modificações ou retificação de cursos d'água situados na área de influência direta ou indireta do empreendimento;
- 2.4- é vetada a intervenção nas Áreas de Preservação Permanentes (APPs), das nascentes, banhados e cursos hídricos, presentes no local e no entorno do empreendimento;
- 2.5- os corredores ecológicos para a fauna, não podem ser interrompidos, possibilitando a circulação e fluxo gênico da fauna ocorrente na gleba;
- 2.6- é proibida a utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de animais silvestres (Lei Federal 5197/67);

3. Quanto à Intervenção em Vegetação Nativa e Manejo Florestal

- 3.1- Esta licença autoriza:
 - 3.1.1- a supressão de vegetação e o corte dos exemplares nativos e exóticos nos locais previstos e licenciados, e mediante supervisão ambiental, conforme Projeto Técnico nos autos do Processo Adm. nº 3538-05.67/15-9 abaixo especificado:
 - 3.1.2- a supressão de vegetação, nativa secundária em estágio inicial de regeneração com alguns exemplares arbóreos, de 4093,37 m² (quatro mil e noventa e três, e trinta e sete metros quadrados) referente a área destinada à ampliação de pista de pouso, totalizando 4,4832 mst em lenha e 2,7129 m³ em toras, conforme informação do técnico responsável Eng. Agrônomo Nercio Pereira Ladeira, sob ART nº 0720140053199, CREA-DF;
 - 3.1.3- o corte de 11 (onze) exemplares vegetais nativos arbustivos distribuídos na margem da pista de pouso, corresponde a 1,6210mst em lenha e 0,9852 m³ em toras, conforme informação do técnico responsável, Eng. Agrônomo Nercio Pereira Ladeira, sob ART nº 0720140053199, CREA-DF;
 - 3.1.4- arbóreos nativos, totalizando o volume de 3,6981 m³ em toras, conforme informação do técnico responsável Eng. Agrônomo Nercio Pereira Ladeira, sob ART nº 0720140053199, CREA-DF;
 - 3.1.5- espécies de epífitas, que por ventura sejam encontradas durante a supressão, deverão ser reinseridas, em locais adequados e preservados, como matas nativas e áreas de preservação permanente - APP;
 - 3.1.6- deverá haver a supressão da vegetação exótica invasora: Pinus sp. (pinus), Hovenia dulcis (uva-do-japão), Melia azedarach (cinamomo), ligustrum lucidum(ligustrum), pelo método de corte raso, com o devido monitoramento de controle de infestação e propagação desta vegetação, conforme Portaria SEMA nº 79/2013;
 - 3.1.7- o armazenamento, a doação e o transporte da matéria-prima florestal oriunda da supressão, assim como, o corte de exemplares nativos e poda de vegetação resultando em tora e/ou lenha (para uso no empreendimento ou para proprietários lindeiros aos locais de intervenção) devem ser devidamente cadastrados e informados à Fepam, no relatório pós-corte, junto ao relatório de supervisão ambiental;
 - 3.1.8- se houver necessidade de supressão de vegetação ou corte de exemplares nativos além dos especificados nesta Licença, deverá ser solicitado à FEPAM a adequação de manejo florestal por meio de requerimento com protocolo de juntada ao presente Processo, sendo necessário apresentar justificativa técnica com memorial fotográfico, Projeto de Corte/Supressão, Projeto de Compensação/Reposição florestal, ART, taxa de atualização de documento licenciatório (FEPAM) e demais informações pertinentes;
- 3.2- está proibido o transporte de matéria-prima florestal resultante em toras ou lenha para comercialização sem a emissão do DOF/IBAMA, que deverá ser requerido pelo empreendedor junto ao DBIO/SEMA, mediante requerimento próprio e apresentação de cópia desta Licença;
- 3.3- não é permitido o manejo da vegetação em áreas onde houver nidificação, devendo o empreendedor aguardar o término do referido período para iniciar os trabalhos;
- 3.4- está proibida a utilização de fogo e de processos químicos para todas as formas de intervenções na vegetação nativa, em qualquer fase de implantação do empreendimento, em conformidade com a legislação vigente;

4. Quanto ao Solo:

- 4.1- está licenciada a instalação de canteiro de obras e apoio operacional, acampamento e oficinas de manutenção quando da necessidade técnica, desde que localizados fora da área de preservação permanente (APP) ou em áreas onde haja comprometimento de mata nativa;
- 4.2- está licenciado o uso de material mineral oriundo de jazidas devidamente licenciadas;
- 4.3- está licenciado o uso de áreas de bota-fora (para disposição temporária de material mineral), somente para fins de uso e execução de obras no presente empreendimento, exceto em área de preservação permanente (APP) ou em áreas onde haja comprometimento de mata nativa;
- 4.4- está licenciada a instalação de dispositivos de drenagem para garantir o fluxo hidrodinâmico das áreas adjacentes do empreendimento;

4.5- está licenciado o uso do material excedente da terraplanagem e escavações na própria área do empreendimento;

5. Quanto à Fauna:

- 5.1- é expressamente proibido matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida;
- 5.2- o empreendedor deverá acompanhar os impactos decorrentes da implantação do empreendimento por meio de um programa de monitoramento da fauna;
- 5.3- o empreendedor deverá enviar relatório à FEPAM, juntamente com o Relatório de Supervisão Ambiental, contendo dados do monitoramento da fauna;
- 5.4- em caso de necessidade de captura de fauna deverá ser solicitada a alteração desta licença apresentando a documentação conforme Portaria Fepam 75/2011;

6. Quanto à Compensação e Reposição Florestal Obrigatória:

- 6.1- o empreendedor deverá solicitar junto ao DEFAP/SEMA-RS, aprovação de Projeto de Reposição Florestal Obrigatória (RFO) proveniente do manejo de vegetação nativa licenciado por esta Fundação e registrado no Sistema-COF sob o nº 497, através da abertura de expediente administrativo elaborado de acordo com o Termo de Referência disponível na página da SEMA (www.sema.rs.gov.br);
- 6.2- deverá ser observado o constante na Instrução Normativa 02/2013 SEMA-RS, de 10/12/2013 (DOE), em alusão ao Projeto de Reposição Florestal Obrigatória, bem como a possibilidade de propor e optar pela compensação ambiental por área, aquisição de área e regularização fundiária em Unidade de Conservação (UC), considerando a intervenção na área total (hectares) de influência direta do empreendimento, e, em caso de dúvida, contatar a Divisão de Licenciamento Florestal - DLF/DBIO/SEMA-RS;

7. Quanto às Medidas de Controle Ambiental:

- 7.1- deverão ser adotadas medidas preventivas e mitigadoras:
 - 7.1.1- para os locais objeto de estabilização geotécnica, caso necessário, fazer uso de manta/malha anti-erosiva ou estruturas de contenção de processos erosivos, com intuito de garantir a segurança de tráfego e ambiental;
 - 7.1.2- para os locais identificados como ambientalmente sensíveis, como potenciais corredores ecológicos, APPs, remanescentes florestais, mananciais hídricos, etc.;
- 7.2- deverá ser promovida a restauração/remediação de área degradada:
 - 7.2.1- nos locais onde foram instalados os canteiros de obras e apoio operacional, acampamento e oficinas de manutenção, assim como áreas de bota-fora após seu uso;
 - 7.2.2- nos taludes de corte/aterro logo após sua implantação, fazendo uso de espécies de rápido crescimento, não tóxicas para saúde animal e preferencialmente espécies nativas pertencentes à fitofisionomia da região, sendo vetado o uso de espécies exóticas invasoras;
- 7.3- deverá ser adotado o uso de aspersão com água nos acessos do trecho em obras, especialmente nos períodos de seca (rara/pouca precipitação pluviométrica) e ocorrências de ventos fortes, sendo que a utilização desta prática deverá ser documentada no Relatório de Supervisão Ambiental;
- 7.4- o manejo dos solos durante as obras deverá manter a integridade dos mesmos, quanto à degradação, erosão e estabilidade geotécnica;
- 7.5- é vetada a utilização de fogo e de processos químicos para todas as formas de intervenções na vegetação nativa, em qualquer fase de implantação do empreendimento, em conformidade com a legislação vigente;
- 7.6- as áreas onde estão localizados os tanques de combustível, as plataformas de carregamento e descarregamento, assim como os locais destinados à troca de óleos lubrificantes, deverão possuir piso impermeável, com sistema de drenagem periférica (sem possibilidade de infiltrações para o subsolo) com a função de captação das águas pluviais e eventuais derrames de combustíveis para caixa separadora água e óleo (CSAO);
 - 7.6.1- os locais de armazenamento dos óleos e combustíveis em tonéis deverão possuir bacia de contenção com piso de concreto, com capacidade igual ou superior ao volume do(s) tonel(is). Não serão aceitos tanques subterrâneos para armazenagem de óleo lubrificante usado;
 - 7.6.2- as caixas separadoras de água/óleo (CSAO) deverão receber limpeza e manutenção periódica;
- 7.7- as áreas de tancagem deverão prever sistema de isolamento que impeça o acesso de pessoas estranhas, bem como sinalização de segurança que identifique a instalação para os riscos de acesso ao local;
- 7.8- os critérios de segurança, o local e a forma de armazenamento deverão obedecer as normas técnicas para armazenamento de combustíveis e inflamáveis;
- 7.9- deverão ser adotadas medidas de prevenção de acidentes e derrames durante as operações de abastecimento dos tanques de combustíveis, bem como disponibilizados materiais e equipamentos para ações emergenciais de contenção e mitigação;

- 7.10- deverá ser executado o controle das águas pluviais contaminadas com óleos, graxas, gasolina e querosene, com sistema separador água e óleo (SAO), incluindo cronograma físico de obras;

8. Quanto à Supervisão Ambiental:

- 8.1- deverá ser contínua e com o intuito de controlar e minimizar os impactos provenientes da atividade proposta sobre os solos, os recursos hídricos e a biodiversidade existentes; monitorar as perturbações e possíveis desequilíbrios na fauna terrestre ocasionados pela implantação do empreendimento e nas intervenções emergenciais em vegetação nativa e em área de preservação permanente, cumprindo as condições e restrições desta licença;
- 8.2- deverá ser apresentado Relatório de Supervisão Ambiental, com periodicidade anual, referente ao acompanhamento contínuo das obras, atendimento às condições e restrições desta licença e PCA, juntamente com memorial descritivo que relate sobre o andamento das obras e relatório fotográfico, tudo devidamente acompanhado pelas ARTs dos responsáveis;
- 8.2.1- deverá constar no Relatório Final de Supervisão Ambiental, declaração assinada pelo empreendedor informando sobre a conclusão das obras de implantação do aeroporto, quanto ao cumprimento das condições e restrições da licença de instalação, assim como a execução dos programas ambientais propostos e as medidas mitigadoras/compensatórias definidas;
- 8.2.2- comprovar a instalação do esgotamento sanitário, de acordo com as normas técnicas vigentes, inclusive apresentando o laudo técnico do ensaio de permeabilidade do solo;
- 8.3- a equipe de Supervisão Ambiental deverá informar imediatamente à Fepam, a ocorrência de qualquer situação verificada nas obras que esteja em desacordo com as restrições e condicionantes estabelecidas neste documento licenciatório;
- 8.4- em caso de acidente ou incidente com risco de danos ao meio ambiente, contaminação do solo, vegetação e/ou recursos hídricos, a Equipe de Supervisão Ambiental e/ou a Equipe técnica do Empreendedor deverão mitigar o ocorrido e a FEPAM deverá ser informada através do telefone (51) 9982-7840 (24h), além de Relatório técnico, com dados pertinentes e memorial fotográfico;
- 8.5- deverá implementar os seguintes programas ambientais:
- 8.5.1- Controle de Ruído;
 - 8.5.2- Controle de Emissão de Material Particulado;
 - 8.5.3- Intervenções com a Infraestrutura de Serviços;
 - 8.5.4- Controle de Trânsito;
 - 8.5.5- Prevenção e Contenção de Processos Erosivos;
 - 8.5.6- Gerenciamento de Riscos e Ações de Emergência na Construção;
 - 8.5.7- Remoção e Reassentamento;
 - 8.5.8- Supressão de Vegetação;
 - 8.5.9- Controle e Monitoramento de Recursos Hídricos;
 - 8.5.10- Recuperação de Áreas Degradadas;
 - 8.5.11- Avaliação do Perigo da Fauna (APF) e Plano Básico de Gerenciamento do Risco Aviário (PBGRA);
 - 8.5.12- Comunicação Social;
 - 8.5.13- Educação Ambiental;
 - 8.5.14- Programa de Identificação, Avaliação e Remediação de Passivos Ambientais;
 - 8.5.15- Controle e Gestão Ambiental das Obras;
 - 8.5.16- Gerenciamento de Resíduos;

9. Quanto aos Óleos Lubrificantes:

- 9.1- deverá ser realizada a devolução voluntária das embalagens plásticas de óleos lubrificantes;
- 9.2- todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino, em conformidade com a legislação vigente;
- 9.3- a lavagem de veículos, máquinas e equipamentos só poderá ser realizada em áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa separadora água/óleo;
- 9.4- está vetado o lançamento ou descarte de resíduos sólidos, líquidos, detritos, óleos ou substâncias oleosas e embalagens de produtos potencialmente poluidores, oriundos de intervenções e obras no empreendimento, ou em desacordo com as normas ambientais vigentes;
- 9.5- o armazenamento de combustíveis deverá atender às recomendações técnicas observando as exigências dos setores de saúde, agricultura e meio ambiente de acordo com normas técnicas da ABNT;
- 9.6- os óleos lubrificantes em embalagens plásticas, deverá entrar em contato com o(s) fornecedor (es) atacadista(s) (fabricante ou fornecedor) para que estes realizem a coleta das embalagens plásticas pós-consumo. A coleta é gratuita e o coletor fornece comprovante de coleta em atendimento a Portaria Sema/Fepam n° 01/2003;

- 9.7- as embalagens plásticas de óleos lubrificantes adquiridas no comércio varejista, deverão ser devolvidas no ponto de compra;
- 9.8- o local da troca de óleo lubrificante deverá possuir bacia de contenção sobre piso de concreto, para armazenagem de óleo lubrificante usado em tonéis. A bacia de contenção deve ser calculada para conter todo o volume do(s) tonel(is);
- 9.9- os tanques de armazenamento de combustíveis deverão ser aéreos, dotados de bacia de contenção para conter eventuais vazamentos, conforme NBR nº 17505/2006, da ABNT;
- 9.10- a pista de abastecimento de veículos deverá possuir piso impermeável na área de abastecimento de veículos e máquinas, com drenagem periférica (sem possibilidade de infiltrações para o subsolo) conectada com caixa separadora de água/óleo;
- 9.11- a lavagem veículos (carros, caminhões, tratores, etc.), máquinas e equipamentos, deverá ser realizada em rampas ou áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa separadora água/óleo.

10. Quanto aos Resíduos Sólidos:

- 10.1- deverá ser executado o Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos (PGRS), obedecendo a legislação vigente e ter acompanhamento efetivo da equipe de Supervisão Ambiental;
- 10.2- deverá ser dado tratamento adequado aos resíduos oriundos das desmobilizações das residências na fase de remoção e disposição final destes resíduos na faixa de domínio do empreendimento, com acompanhamento contínuo da Equipe de Supervisão Ambiental, prevendo a apresentação de relatórios semestrais alusivos aos segmentos em área urbana e com ocupação antrópica irregular;
- 10.3- o uso de áreas de preservação permanente (APPs), nascentes ou locais próximos aos recursos hídricos, considerando o seu leito maior sazonal, para descarte ou disposição de resíduos da construção civil, material mineral inservível ou excedente, resíduo de serviços de transporte (bota-fora);
- 10.4- deverá ser atendida a Resolução Conama nº 307/2002, com referência aos resíduos provenientes da construção civil;

11. Quanto ao Saneamento Básico:

- 11.1- o tratamento do efluente doméstico deverá ser realizado por meio de tanque séptico e filtro anaeróbio, com disposição final do efluente no solo, por infiltração, através de sumidouro, dimensionados de acordo com a NBR-7229/1993 e a NBR-13969/1997, ambas da ABNT;
- 11.2- os tanques sépticos deverão observar distâncias horizontais mínimas de: 1,5 m de construções, limites de terreno e ramal predial de água; 3 m de árvores e de qualquer ponto de rede pública de abastecimento de água; 15 m de poços freáticos e de corpos de água de qualquer natureza, de acordo com a NBR 7229/1993;
- 11.3- a escolha e o dimensionamento da área de disposição final do efluente deverão ser executados através de estudo técnico que comprove que os índices de infiltração são satisfatórios para manter a superfície de infiltração isenta de lâmina d'água, resguardando superfície filtrante que mantenha 1,5 metros de espessura em relação ao nível máximo de altura do nível máximo freático na área, não alterando a qualidade da água subterrânea ocorrente nas cercanias da área de disposição final;
- 11.4- fica vetada a disposição de efluentes em recurso hídrico;
- 11.5- fica vetado extravasor do local de infiltração para a rede pluvial;
- 11.6- deverá ser previamente autorizada pela Fepam, qualquer alteração sobre os aspectos licenciados nesta licença (vazão, sistema de tratamento, etc.);

12. Quanto ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN:

- 12.1- a ampliação do aeroporto somente poderá ocorrer com o devido Termo de Compromisso do Empreendedor - TCE e Termo de Compromisso do Arqueólogo Coordenador - TCA, conforme Ofício nº 1508/2016/IPHAN-RS;
- 12.2- o empreendedor deverá fazer comunicação imediata ao IPHAN caso ocorra descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico, ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, na área do empreendimento, conforme Lei 3.924/1961, art. 18;

13. Quanto à Publicidade da Licença:

- 13.1- deverá ser instalada placa para a divulgação desta Licença Ambiental, conforme Portaria Fepam nº 17/2009 - DPRES e modelo disponibilizados no site da Fepam, bem como no prazo de 120 (cento e vinte) dias comprovar junto a esta Fundação;
- 13.2- a concessão desta Licença deverá ser divulgada através de publicações (em periódicos com circulação regional/estadual) conforme Resolução Conama nº 06/1986 e complementada pela Resolução Conama nº 281/2001, sendo que deverão ser encaminhadas a esta Fundação cópias das referidas publicações como juntada ao presente Processo administrativo;

III - Documentos a apresentar para renovação desta Licença:

- 1- requerimento assinado pelo empreendedor solicitando a Renovação de Licença de Instalação de Ampliação;

- 2- formulário da Fepam de licenciamento ambiental devidamente preenchido;
- 3- cópia do cartão ou carimbo do CNPJ (CGC) ou cópia do CPF/CIC;
- 4- comprovante de pagamento dos custos dos serviços de licenciamento ambiental, conforme tabela de custos disponível na homepage da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br;
- 5- cópia desta licença;
- 6- declaração assinada pelo empreendedor contendo as justificativas para a necessidade de renovação da LIA, informando sobre o estágio em que se encontram as obras de implantação do empreendimento, quanto à efetividade da sinalização ambiental e de segurança, cronograma de execução atualizado, acompanhado da declaração de que houve cumprimento das condições e restrições da licença de instalação, bem como de não ter havido nenhuma alteração da atividade ora licenciada;
- 7- Programa de Supervisão Ambiental (PSA) contendo:
 - nominativa dos técnicos habilitados com ART vigente, a forma como será executado durante as obras de implantação do empreendimento, considerando de forma específica a implantação dos planos/programas ambientais propostos, as medidas mitigadoras/compensatórias propostas e as exigências contidas nesta licença, prevendo a apresentação de relatórios técnicos anuais à FEPAM, acompanhados de levantamento fotográfico;
 - Termo de Compromisso de execução das medidas de prevenção, mitigadoras, obrigatórias e compensatórias, firmado pela pessoa (física ou jurídica) responsável pela Supervisão Ambiental, apresentando nome e ART do responsável técnico e identificação do representante legal do empreendedor;
 - cópia das Licenças Ambientais de Operação/LOs atualizadas das jazidas minerais, área de britagem, usina de asfalto, usina de concreto, canteiro de obras e apoio operacional, áreas de empréstimo e bota-fora (material inservível/resíduo da construção civil) a serem utilizadas ou passíveis de uso nas obras;
- 8- relatórios técnicos final relativo a coleta e captura de fauna, juntamente com as ARTs, durante todo o período de vigência da Licença de Instalação do empreendimento;
- 9- relatório de supervisão ambiental final, acompanhado de levantamento fotográfico das etapas já concluídas, considerando a implantação dos programas e projetos, com ART do responsável técnico.

IV - Documentos a apresentar para solicitação da Atualização da Licença de Operação:

- 1- requerimento assinado pelo empreendedor solicitando a Licença de Operação;
- 2- formulário Fepam de licenciamento ambiental devidamente preenchido;
- 3- cópia do cartão ou carimbo do CNPJ (CGC) ou cópia do CPF/CIC;
- 4- comprovante de pagamento dos custos dos serviços de licenciamento ambiental, conforme tabela de custos disponível na homepage da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br;
- 5- cópia desta licença;
- 6- declaração assinada pelo empreendedor informando que as obras de ampliação estão concluídas e que houve cumprimento das condições e restrições da licença de instalação, bem como de não ter havido nenhuma alteração da atividade ora licenciada;
- 7- relatório-resumo do atendimento de todos os itens da Licença de Instalação, inclusive da instalação do sistema de tratamento de efluentes, e situação de passivos ambientais, acompanhado de relatório fotográfico atualizado;
- 8- relatório de supervisão ambiental final, acompanhado de levantamento fotográfico das etapas já concluídas, considerando a implantação dos programas e projetos, com ART do responsável técnico;
- 9- recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, com a demarcação da Reserva Legal, com coordenadas geográficas decimais, dos vértices desta poligonal;
- 10- cópia do protocolo de solicitação de Outorga para Concessão de Uso da Água do subsolo (poço artesiano) em operação emitido pelo Departamento de Recursos Hídricos da SEMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente);
- 11- Programa de monitoramento da eficiência da ETE, previsto para a fase de operação, contendo o monitoramento dos parâmetros de qualidade do afluente e do efluente, incluindo a medição da vazão, contemplando a frequência de monitoramento e o tipo de amostragem, de acordo com a tabela acima;

Data de emissão: Porto Alegre, 01 de março de 2018.

Este documento licenciatório é válido para as condições acima no período de 05/03/2018 à 05/03/2023.

A renovação desta licença deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011.

Este documento licenciatório foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

fepam®.

Documento Assinado Digitalmente



Nome do arquivo: 0q5qhwoo.on0

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICADOR

Gabriel Simioni Ritter

05/03/2018 13:22:00 GMT-03:00

01081643064

Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.